

DOCUMENTO DA OMCV PARA O

"SEMINÁRIO DE REFLEXÃO SOBRE O DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÃO

Tema proposto pela S.E.C.P. Capacidade de intervenção e linhas de acção da OMCV.

A- OBJECTIVOS E LINHAS DE ACCÇÃO DA OMCV

É difícil falar das linhas de acção da OMCV sem antes de mais invocar todo o programa da Organização, com vista á emancipação da mulher caboverdiana. De facto a OMCV propõe-se mobilizar, enquadrar, organizar, e consciencializar a mulher caboverdiana, por forma a permitir-lhe desempenhar cabalmente o papel que lhe cabe na Luta da Reconstrução Nacional, isto é, levando-a intervir em todas as formas de actividade social e assegurando a sua plena integração no processo de desenvolvimento económico-social do nosso país.

Uma tal definição é extremamente vasta e ambiciosa, seja no que se refere á acção interna da própria Organização, seja no que se refere á sua acção de relacionamento com as massas femininas.

Internamente, em termos de estrutura, essa definição comporta linhas de acção bem precisas: garantia de uma estrutura orgânica funcional, que permita a progressiva materialização dos objectivos fixados; formação e superação político - ideológica dos membros da organização; definição de uma adequada política de formação de quadros.

Em termos da acção externa da Organização, a definição implica linhas de acção prática diversificadas, em domínios tais como: promoção e superação técnico - profissional, defesa nacional, produção, desporto, protecção materno-infantil, planeamento familiar, educação sanitária, intervenção activa nos Organismos de participação popular, participação no movimento associativista em geral (Cooperativas, Associação de pais e encarregados de de educação etc) desenvolvimento da cultura nacional, elaboração e divulgação

ção de leis sobre a condição feminina, etc, em suma, implica definir as condições necessárias para a promoção da mulher caboverdeana.

B- PAPEL DA OM-CV NO DESENVOLVIMENTO NACIONAL
E NO INCREMENTO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR DE
CAPACIDADE DE INTERVENÇÃO

São as organizações de massas, pela sua própria natureza, instrumentos privilegiados para promover e assegurar a ampla participação popular na condução dos destinos da Nação no quadro da nossa regime de democracia nacional revolucionária. Obviamente assim se passa com a OM-CV, e que aliás resulta claramente dos objectivos e linhas de acção da organização.

De facto, a OM-CV só atingirá os seus objectivos, se for capaz de promover e orientar a participação das massas femininas caboverdianas em todos os sectores da vida Nacional. Essa e a condições do seu sucesso.

Por outro lado, a sua capacidade de intervenção é extremamente vasta no que toca á definição e execução dos programas de promoção social e emancipação da mulher, decorrendo naturalmente da sua própria essência, e natureza de organização de que pode ser membro toda a mulher caboverdiana, sem distinção de credos filosóficos, crenças religiosas, classes sociais ou nível cultural-desde que aceite o programa e Estatutos da organização e se inscreva numa das suas estruturas.

Tal resulta bem patente de âmbito actual de acção da organização conforme e plano de acção aprovado pela 1ª Conferência Nacional: informação e propaganda (difusão de programas radiofónicos publicação de boletins e revista); educação e cultura (alfabetização recolha e difusão da tradição oral, renascimento do artesanato, actividades culturais diversas); trabalho voluntário; formação e superação profissional; ginástica, etc etc.

Porém da experiência colhida até agora não obstante tratar-se da mais recentemente criada das nossas organizações de massas, resultam desde já valiosas conclusões: impõe-se a coordenação de perto da acção de todas as entidades envolvidas em cada domínio, a definição de tarefas e funções, por forma a evitar desnecessárias duplicações, a racionalizar a utilização dos meios materiais disponíveis, a maximizar, a produtividade dos quadros e a garantir o maior avanço global de conjunto.

C- A PROMOÇÃO SOCIAL E ALGUNS DADOS DE REFLEXÃO

A Secretaria de Promoção Social da OMCV cabe citamos "contribuir para a aceleração do processo de transformação social em curso na nossa terra" através de desenvolvimento de iniciativas nas áreas Jurídica-sanitária e Social, iniciativas essas essencialmente dirigidas à mulher e enquadradas no âmbito do processo geral de desenvolvimento.

A mulher representa 53,7% da população do país de acordo com os dados do censo de 1980.

É a mulher quem no quadro da nossa sociedade cabe a principal responsabilidade na preservação da instituição familiar e na educação dos filhos.

De entre os chefes de família 10% a 12% são mulheres chegando a ultrapassar os 25% em certas áreas do país.

Estes números mostram-nos que, agir sobre a condição da mulher é indiscutivelmente agir sobre toda a sociedade. As mulheres constituem a mais importante corrente de transmissão dos novos valores, a camada social a que incumbe a maior responsabilidade nas transformações sociais que se impõem provocar em Cabo Verde.

D- PARÂMETROS DE DEFINIÇÃO DO PROGRAMA

Dá que a programação de actividades no domínio da promoção social como aliás em outros domínios da acção da OMCV, implique necessariamente a análise de algumas questões de fundo que concerteza os participantes a este seminário irão ajudar a clarificar

e a apresentar propostas concretas.

Na verdade a promoção social não é esfera de intervenção de um único departamento do Estado com o qual a OM-CV possa dialogar no estabelecimento de uma programação conjunta. A necessidade de concertação põe-se aqui com maior acuidade e assume aspectos particulares. Pensamos que este seminário sobre Desenvolvimento local e participação popular constitui um momento importante para se debruçar sobre esta questão.

Contudo ultrapassado o aspecto da articulação inter-organismos outra questão que nos preocupa é a do papel que na promoção social irá caber a OMCV.

Partimos do pressuposto de que não devemos conceber a promoção da mulher separada da promoção geral de toda sociedade homens mulheres e crianças para perguntar se à OM-CV vai ser reservado o papel de subsidiária do processo de transformação isto é se ela irá assumir a função de suprir as lacunas dos órgãos de intervenção estatal lá onde estes não conseguem chegar.

Ou se, pelo contrário à nossa organização não devem ser atribuídas responsabilidades na realização de determinados aspectos do programa do Partido e do Governo e serem-lhe fornecidas os meios materiais e a orientação técnica necessária a sua concretização.

Para tal a OMCV deve ser considerada interlocutor dos diferentes órgãos de concepção e decisão nacional na definição dos programas na escolha da metodologia mais acertada para a realização dos mesmos e no escalonamento de prioridades e mobilização dos recursos.

É verdade que até á presente data a OM assume fundamentalmente o primeiro papel não por opção da organização, mas por tal factos corresponder a uma etapa de mobilização e lançamento das estruturas organizativas e subseqüentes implantação das mesmas.

Creemos ser chegado o momento de alterar gradualmente a situação existente com que vista a:

- Racionalização dos meios e recursos disponíveis
- Satisfação das aspirações e melhoria da qualidade de vida dos membros da OM.
- Maior eficácia da organização das Mulheres no cumprimento do seu papel de organismo de participação popular.

E Estratégia de intervenção

Para se atingir tais objectivos devem ser estabelecidos mecanismos permanentes de diálogo entre a OM e os departamentos estatais e as organizações sociais com intervenção mais directa na transformação das condições das populações. Essa melhoria não se traduz apenas na possibilidade de acesso aos bens materiais mas sobretudo na qualidade de vida das pessoas nos aspectos social e cultural.

Surgem assim as organizações de massas e em especial a OM como factor de aglutinação da participação das mulheres no processo. Torna-se assim mais fácil orientar a mulher e aproveitar no máximo a sua capacidade de participação, capacidade essa que deve ser progressivamente aumentada mercê das acções de formação e informação que devem acompanhar as exigências da participação.-

TIVO

- 1- Inventariação de que existe a nível regional nos domínios da Produção Popular e da Formação Profissional. Realização de fichas pormenorizadas por projecto/iniciativa.
- 2- Pesquisa das tradições de cada ilha, recenseamento vocações para permitir a definição de especializações regionais e locais, por forma a disciplinar o movimento de crescimento das iniciativas do Departamento de Produção Popular ao nível de base.
- 3- Analisar conjuntamente com o I.N.C. o desenvolvimento da Produção Popular, coordenar o apoio e acção conjunta face ao que existe e programar o que deverá ser feito.
- 4- Apoiar na medida do possível as iniciativas que mereçam ser promovidas e desenvolvidas. Contribuir na busca de alternativas nos outros casos. Dar especial atenção às Salas de Corte, Costura e Bordados do Sal, S. Antão, Boa Vista e Maio.
- 5- Estudar atentamente com a S.A. S. Vicente e a R. do Fogo, a situação das Escolas de Corte, Costura e Bordados e seu desenvolvimento futuro, face aos problemas de emprego que podem acarretar.
- 6- Dar especial atenção à implantação do Centro Experimental de Artesanato na Praia e do projecto de confeitaria no Paúl, projectos já financiados.
- 7- Analisar conjuntamente com os Sindicatos a situação da mulher trabalhadora nas empresas e serviços e coordenar a acção conjunta com vista á resolução dos problemas que a afectam.
- 8- Analisar a viabilidade de estabelecer um Centro de recolha e selecção de artesanato produzido pelos membros da nossa Organização, por forma a contribuir para facilitar o escoamento da produção através de estabelecimentos e empresas de comercialização já existentes.

9- Conjuntamente com a UNTC-CS e os Seguros, analisar a situação das empregadas domésticas na tentativa de encontrar as melhores vias para a solução do problema.

10- Dar parecer sobre os diplomas legais que nos sejam enviados pelo Secretariado Executivo.

G - PROGRAMA DA SECRETARIA DE PROMOÇÃO

SOCIAL

PROGRAMA DE ACCÃO

Participação nas comemorações do I Aniversário da Organização e programas de emulação através de:

- Organização de campanhas de limpeza
- Organização de sessões de esclarecimento sobre saneamento do meio, alimentação de criança, P.M.I., Planeamento Familiar e Higiene do lar.
- Elaboração de jornais de parede

Meios: Apoio técnico e material das estruturas de Saúde, Assuntos Sociais e P.M.I. nas zonas, colaboração das Comissões de Moradores.

Prazo: Durante todo o ano

Participação (através de delegados) no seminário de Reflexão sobre Desenvolvimento Local e Participação Popular organizada pela Secretaria de Estado da Cooperação e Planeamento.

Data - Mês de Fevereiro

Reunião a nível central e em cada Sector ou Secção da Secretaria para a Promoção Social com os responsáveis da - Justiça, Saúde, Assuntos Sociais, P.M.I., I.C.S., Cáritas para:

- Identificação das necessidades e estabelecimento das prioridades.
- Elaboração conjunta de programas de acção

- Definição da metodologia e do papel de cada um dos organismos intervenientes e em particular do papel da OM.

- Mobilização dos recursos necessários

Prazo - A primeira fase até ao fim do 1º semestre.

No fim do ano devem ser feitas reuniões de avaliação dos resultados.

Criação das condições para o atransque do programa de Educação Sexual.

- Participação nos trabalhos a nível central e no Mindelo, em colaboração com os Ministérios de S.A.S. e da Educação e Cultura.

Prazo - Até Setembro

Lançamento do Projecto de Educação Sexual-Prazo: Outº 82. No quadro das celebrações do Ano Internacional da 3ª idade, proceder ao levantamento sócio-económico de todas as militantes e simpatizantes de idade igual ou superior a 60 anos.

Prazo- Até Julho

Meios- Fichas e orientação técnica da Secretaria Nacional.

Programas de sensibilização das mulheres naluta contra a prostituição e o alcoolismo.

Participação nos programas radiofónicos da Secretaria de Informação e Propaganda através do envio quinzenal de noticiários sobre as actividades desenvolvidas, crónicas e descrição das acções em curso.

Garantia de material para o preenchimento de espaços radiofónicos.

Participação na revista "MUDJER" através de artigos de fundo, relatos de actividades, textos didácticos, fotografias, etc, etc.

Para que se torne possível a concretização deste programa deve a Secretaria Nacional ser reforçada com mais 5 elementos um dos quais deve ser um quadro profissional da Organização e com experiência de trabalho nos domínios Sanitários e Social.

Prazo de recrutamento dos elementos - Mês de Fevereiro.

Metodologia de trabalho: Os elementos que integram a Secretaria Nacional de Promoção Social constituem uma equipe orientada pela Secretária Nacional.

Deverá haver divisão de tarefas entre os elementos e calendário fixo de reuniões de programação e avaliação.

As visitas às ilhas e Sectores devem ser programadas de acordo com as disponibilidades financeiras da Organização, mas, elas constituem uma forma concreta de apoio ao trabalho das Secretarias nos Sectores e nas Secções.

A Secretária do Sector para a Promoção Social, apresentará relatórios trimestrais da actividade da sua Secretaria.

A Secretária Nacional tem despoje quinzenal com a Secretária-Geral da OM e fez parte do Comité Executivo da Organização.-

Praia, 6 de Fevereiro de 1982.

O Secretariado Executivo